



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

PROCESSO N°	:	4283/2021
RESPONSÁVEIS	:	Durval Ribeiro da Silva Júnior - Gestor no período de 14/11/2019 a 14/06/2020, Luiz Claudio Gonçalves Benicio - Gestor no período de 15/06/2020 a 08/04/2021, Helieth Barbosa Lopes - Contadora a partir de 21/07/2020 e Feliciano Bezerra Mota - Contadora no período de 05/01/2016 a 20/07/2020
ÓRGÃO/ENTIDADE	:	Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana de Palmas
ASSUNTO	:	Prestação de Contas de Ordenador de Despesas - 2020
RELATOR	:	Conselheiro Alberto Sevilha

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA N° 365/2022

Em cumprimento a determinação exarada pelo Conselheiro Alberto Sevilha, através do DESPACHO N° 1209/2022-RELT6, a Coordenadoria de Análise de Contas e Acompanhamento da Gestão Fiscal, manifestará sobre as alegações apresentadas pelos responsáveis acima nominados, através dos Expedientes n°s 9013/2022, 8933/2022, 8272/2022 e 8267/2022 com seus respectivos anexos, temos a informar que realizaremos pronunciamento sobre as defesas apresentadas acerca das ocorrências detectadas no Relatório de Análise da Prestação de Contas n° 351/2022.

Responsável/cargo

Durval Ribeiro da Silva Júnior - Gestor no período de 14/11/2019 a 14/06/2020

1. Ocorrência apontada

A Análise a respeito das Despesas de Exercícios Anteriores deve ser efetuada com os valores executados no exercício seguinte, com isso, verifica-se que no exercício de 2021 foram realizadas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.881,33, que deixaram de ser executadas no exercício em análise, podendo estar em desacordo com os arts. 18, 43, 48, 50, 53 da LC n° 101/2000 e arts. 37, 60, 63,65, 85 a106 da Lei Federal n° 4.320/64. (Item 4.1.1 do Relatório);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

1.1. Justificativa apresentada

Primeiramente cabe esclarecer sobre o que referem-se estas despesas realizadas em 2021 correspondente a DEA, executadas em dezembro deste ano no valor de R\$ 13.881,33.

O município de Palmas, em 2021, reconheceu valores a pagar relativo a débitos com servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme Ofício Interno nº 43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Os débitos correspondentes ao pagamento dos retroativos atinente aos servidores, foram reconhecidos via Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022 e Portaria nº 29/2022/GAB/SEPLAD de 18 de janeiro de 2022 (Anexo II).

Como as despesas correspondem a diversos exercícios, tendo seu fato gerador pertencente aos outros anos, em atendimento a Lei 4.320/64 o seu reconhecimento foi por meio de DEA, conforme descrito no art. 37 da referida Lei:

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Desta forma, a adoção da DEA foi devido ao reconhecimento dos débitos dos servidores de diferentes anos perante ao município e que foram custeados pela atual gestão extinguindo assim todas as pendências de progressões e promoções pendentes de anos anteriores.

Por estas despesas se tratarem de despesas com pessoal, as mesmas não afetaram negativamente o seu índice, pois o município apresenta valores abaixo do limite prudencial nos anos a que se referem tais despesas.

1.2. Análise da justificativa apresentada

Justificativa acatada, pois, conforme esclarecido, estas despesas realizadas em 2021 correspondente a DEA, executadas em dezembro deste ano no valor de R\$ R\$ 13.881 e regularizada orçamentariamente no ano de 2021, quando o gestor a época para a garantia do direito adquirido do fornecedor reconheceu os débitos conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

Justifica-se que o município de Palmas, em 2021, reconheceu valores a pagar relativo a débitos com servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme Ofício Interno nº 43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Como as despesas corresponderam a diversos exercícios, tendo seu fato gerador pertencente aos outros anos, em atendimento a Lei 4.320/64 o seu reconhecimento foi por meio de DEA, conforme descrito no art. 37 da referida Lei. Desta forma, a adoção da DEA foi devido ao reconhecimento dos direitos dos servidores de diferentes anos perante ao município e que foram custeados pela atual gestão extinguindo assim todas as pendências de progressões e promoções pendentes de anos anteriores, conforme justificado. E que apesar de tratar de despesas com pessoal, as mesmas não afetaram negativamente o seu índice, pois o município apresenta valores abaixo do limite prudencial nos anos a que se referem tais despesas.

2. Ocorrência apontada

Existem valores que não foram considerados na apuração do superávit financeiro do exercício, pois até a sexta remessa do exercício seguinte (2021), foram executadas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.881,33, sem o devido reconhecimento na contabilidade, em desacordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e arts. 60,63,83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64. Portanto o Resultado Financeiro geral correto do exercício é o montante de R\$ 390.372,80, em acordo com art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Item 4.3.2.3 do Relatório).

2.1. Justificativa apresentada

Primeiramente cabe esclarecer quanto a definição sobre o superávit financeiro de acordo com a Lei 4.320/64, art. 43 §2º:

Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas

Desta forma, para que haja impacto na apuração do superávit financeiro, a identificação das contas contábeis do ativo e passivo financeiros, é por meio das contas com atributo “F” no balanço patrimonial, para fins de apuração do superávit financeiro.

Enquanto o reconhecimento contábil das despesas de exercícios anteriores - DEA, devem ser reconhecidas contabilmente como passivos permanentes, onde estes compreenderão as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. (Lei 4.320/64, § 4º, Art. 105).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

Cabe reforçar quanto as situações no qual originam-se as despesas de exercícios anteriores, são as seguintes:

- Despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria;
- Restos a pagar com prescrição interrompida, e
- Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

Portanto mesmo que haja o reconhecimento contábil, as despesas de exercícios anteriores – DEA, não afetará o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial, por não se tratar de um passivo financeiro e sim passivo permanente.

De todo modo, o valor correspondente a DEA realizada em dezembro de 2021, no valor de R\$ 13.881,33, refere-se a pagamento das verbas retroativas devidas aos servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme ofício interno nº43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Os débitos correspondentes ao pagamento dos retroativos atinente aos servidores, foram reconhecidos via Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022 e Portaria nº 29/2022/GAB/SEPLAD de 18 de janeiro de 2022 (Anexo II).

Como o reconhecimento da DEA ocorreu no exercício de 2022, com o Decreto e a Portaria, o registro contábil não foi realizado em 2020, por não haver documentação e a informação tempestiva naquela ocasião para tal registro, onde este foi integralizado nas contas do ano de 2021, tendo seu reconhecimento contábil registrado pelo valor total do débito, somadas as verbas trabalhistas e os valores devido a patronal.

Desta forma, apesar de ocorrer a DEA em 2021, por meio dos empenhos registrados nas rubricas 3.1.90.92 e 3.1.91.92, a unidade gestora não sofre impacto negativo em 2021, pois a mesma apresenta Superávit Financeiro do exercício no valor de **R\$ 3.501.128,46**.

Logo, para o exercício de 2021, quando ocorreu o reconhecimento da DEA e o registro contábil, os resultados apresentados foram: Conforme Quadro Dos Ativos E Passivos Financeiros E Permanentes demonstrado nos autos.

Assim, fica demonstrado que os valores correspondentes a DEA de 2021, executadas orçamentariamente em dezembro de 2021, conforme o balancete de despesa da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

remessa/2021, tiveram o seu impacto no exercício equivalente ao do seu reconhecimento, quando houve seu registro contábil e orçamentário.

Em complementação ao registro contábil ocasionado no ano de 2021, a partir da publicação do Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022, assim, como o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP destaca em relação ao compromisso reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, onde trás a seguinte conduta para esta temática:

De acordo com o Decreto nº 93.872/1986, consideram-se compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício as obrigações de pagamento criadas em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente...

Já nos casos em que a lei ou norma cria uma obrigação no momento presente, mas com efeitos retroativos, deve-se registrar a VPD no exercício, uma vez que se trata de fato gerador do exercício atual. (MCASP, f.272, 8a edição)

Como a despesa teve seu reconhecimento a partir do Decreto publicado em 2022, criou-se a obrigação a partir dele, sendo registrado a obrigação no exercício correspondente.

Assim fica esclarecido que os registros contábeis foram realizados quando houve a confirmação e a corroboração do reconhecimento dos débitos junto aos servidores do município, com a publicação do Decreto já anteriormente citado, e que a partir daí a contabilidade efetuou os lançamentos devidos.

2.2. Análise da justificativa apresentada

Justificativa acatada, pois, conforme esclarecido, estas despesas realizadas em 2021 correspondente a DEA, executadas em dezembro deste ano no valor de R\$ R\$ 13.881 e regularizada orçamentariamente no ano de 2021, quando o gestor a época para a garantia do direito adquirido do fornecedor reconheceu os débitos conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

Justifica-se que o município de Palmas, em 2021, reconheceu valores a pagar relativo a débitos com servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme Ofício Interno nº 43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Como as despesas corresponderam a diversos exercícios, tendo seu fato gerador pertencente aos outros anos, em atendimento a Lei 4.320/64 o seu reconhecimento foi por meio de DEA, conforme descrito no art. 37 da referida Lei. Desta forma, a adoção da DEA foi devido ao reconhecimento dos direitos dos servidores de diferentes anos perante ao município e que foram custeados pela atual gestão extinguindo assim todas as pendências de progressões e promoções



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

pendentes de anos anteriores, conforme justificado. E que apesar de tratar de despesas com pessoal, as mesmas não afetaram negativamente o seu índice, pois o município apresenta valores abaixo do limite prudencial nos anos a que se referem tais despesas.

3. Ocorrência apontada

Existem valores que não foram considerados na demonstração das variações patrimoniais, pois até a sexta remessa do exercício seguinte (2021), foram executadas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.881,33, sem o devido reconhecimento na contabilidade, em desacordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e arts. 60,63,83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64. Portanto o Resultado Patrimonial correto do exercício é o montante de R\$ 3.553.819,31, em acordo com art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Item 4.4.4 do Relatório).

3.1. Justificativa apresentada

Conforme descrito no questionamento 2, o reconhecimento das despesas de exercícios anteriores ocorridos em 2021, tiveram seu registro neste exercício (2021), os lançamentos contábeis foram realizados a partir da publicação do Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022 e Portaria nº 29/2022/GAB/SEPLAD de 18 de janeiro de 2022. (Anexo II)

Portanto, o resultado patrimonial teve impacto no exercício correspondente, ou seja, 2021 Os lançamentos contábeis inerentes ao reconhecimento do débito, teve seu registro a partir da publicação do Decreto e seus efeitos no ano em houve o ato da Chefe do Poder Executivo.

Logo para o ano de 2020, não havia possibilidade de ocorrer o reconhecimento contábil de tais débitos, pelo fato de não haver documento hábil nesta ocasião. Para que haja tal reconhecimento é preciso ainda que satisfaça aos seguintes critérios: ser provável que benefícios econômicos associados ao item fluam para ou da entidade e tenham custo ou valor que possa ser medido e expresso em base confiável.

3.2. Análise da justificativa apresentada

Justificativa acatada, pois, as alegações esclarecem a impropriedade apontada, ademais o valor apontado (R\$ 13.881,33), não impacta de forma significativa na análise da prestação de contas da unidade orçamentária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

Responsável/cargo

Luiz Claudio Gonçalves Benicio - Gestor no período de 15/06/2020 a 08/04/2021

4. Ocorrência apontada

A Análise a respeito das Despesas de Exercícios Anteriores deve ser efetuada com os valores executados no exercício seguinte, com isso, verifica-se que no exercício de 2021 foram realizadas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.881,33, que deixaram de ser executadas no exercício em análise, podendo estar em desacordo com os arts. 18, 43, 48, 50, 53 da LC nº 101/2000 e arts. 37, 60, 63,65, 85 a106 da Lei Federal nº 4.320/64. (Item 4.1.1 do Relatório);

4.1. Justificativa apresentada

Primeiramente cabe esclarecer sobre o que referem-se estas despesas realizadas em 2021 correspondente a DEA, executadas em dezembro deste ano no valor de R\$ 13.881,33.

O município de Palmas, em 2021, reconheceu valores apagar relativo a débitos com servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme Ofício Interno nº 43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Os débitos correspondentes ao pagamento dos retroativos atinente aos servidores, foram reconhecidos via Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022 e Portaria nº 29/2022/GAB/SEPLAD de 18 de janeiro de 2022 (Anexo II).

Como as despesas correspondem a diversos exercícios, tendo seu fato gerador pertencente aos outros anos, em atendimento a Lei 4.320/64 o seu reconhecimento foi por meio de DEA, conforme descrito no art. 37 da referida Lei:

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atende-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Desta forma, a adoção da DEA foi devido ao reconhecimento dos direitos dos servidores de diferentes anos perante ao município e que foram custeados pela atual gestão extinguindo assim todas as pendências de progressões e promoções pendentes de anos anteriores.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

Por estas despesas se tratarem de despesas com pessoal, as mesmas não afetaram negativamente o seu índice, pois o município apresenta valores abaixo do limite prudencial nos anos a que se referem tais despesas.

4.2. Análise da justificativa apresentada

Justificativa acatada, pois, conforme esclarecido, estas despesas realizadas em 2021 correspondente a DEA, executadas em dezembro deste ano no valor de R\$ R\$ 13.881 e regularizada orçamentariamente no ano de 2021, quando o gestor a época para a garantia do direito adquirido do fornecedor reconheceu os débitos conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

Justifica-se que o município de Palmas, em 2021, reconheceu valores a pagar relativo a débitos com servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme Ofício Interno nº 43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Como as despesas corresponderam a diversos exercícios, tendo seu fato gerador pertencente aos outros anos, em atendimento a Lei 4.320/64 o seu reconhecimento foi por meio de DEA, conforme descrito no art. 37 da referida Lei. Desta forma, a adoção da DEA foi devido ao reconhecimento dos direitos dos servidores de diferentes anos perante ao município e que foram custeados pela atual gestão extinguindo assim todas as pendências de progressões e promoções pendentes de anos anteriores, conforme justificado. E que apesar de tratar de despesas com pessoal, as mesmas não afetaram negativamente o seu índice, pois o município apresenta valores abaixo do limite prudencial nos anos a que se referem tais despesas.

5. Ocorrência apontada

Existem valores que não foram considerados na apuração do superávit financeiro do exercício, pois até a sexta remessa do exercício seguinte (2021), foram executadas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.881,33, sem o devido reconhecimento na contabilidade, em desacordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e arts. 60,63,83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64. Portanto o Resultado Financeiro geral correto do exercício é o montante de R\$ 390.372,80, em acordo com art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Item 4.3.2.3 do Relatório).

5.1. Justificativa apresentada

Primeiramente cabe esclarecer quanto a definição sobre o superávit financeiro de acordo com a Lei 4.320/64, art. 43 §2º:

Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se ainda, os saldos dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas

Desta forma, para que haja impacto na apuração do superávit financeiro, a identificação das contas contábeis do ativo e passivo financeiros, é por meio das contas com atributo “F” no balanço patrimonial, para fins de apuração do superávit financeiro.

Enquanto o reconhecimento contábil das despesas de exercícios anteriores - DEA, devem ser reconhecidas contabilmente como passivos permanentes, onde estes compreenderão as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. (Lei 4.320/64, § 4º, Art. 105).

Cabe reforçar quanto as situações no qual originam-se as despesas de exercícios anteriores, são as seguintes:

- Despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria;
- Restos a pagar com prescrição interrompida, e
- Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

Portanto mesmo que haja o reconhecimento contábil, as despesas de exercícios anteriores – DEA, não afetará o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial, por não se tratar de um passivo financeiro e sim passivo permanente.

De todo modo, o valor correspondente a DEA realizada em dezembro de 2021, no valor de R\$ 13.881,33, refere-se a pagamento das verbas retroativas devidas aos servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme ofício interno nº43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Os débitos correspondentes ao pagamento dos retroativos atinente aos servidores, foram reconhecidos via Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022 e Portaria nº 29/2022/GAB/SEPLAD de 18 de janeiro de 2022 (Anexo II).

Como o reconhecimento da DEA ocorreu no exercício de 2022, com o Decreto e a Portaria, o registro contábil não foi realizado em 2020, por não haver documentação e a informação tempestiva naquela ocasião para tal registro, onde este foi integralizado nas contas do ano de 2021, tendo seu reconhecimento contábil registrado pelo valor total do débito, somadas as verbas trabalhistas e os valores devido a patronal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

Desta forma, apesar de ocorrer a DEA em 2021, por meio dos empenhos registrados nas rubricas 3.1.90.92 e 3.1.91.92, a unidade gestora não sofre impacto negativo em 2021, pois a mesma apresenta Superávit Financeiro do exercício no valor de **R\$ 3.501.128,46**.

Logo, para o exercício de 2021, quando ocorreu o reconhecimento da DEA e o registro contábil, os resultados apresentados foram: Conforme Quadro Dos Ativos E Passivos Financeiros E Permanentes demonstrado nos autos.

Assim, fica demonstrado que os valores correspondentes a DEA de 2021, executadas orçamentariamente em dezembro de 2021, conforme o balancete de despesa da 6ª remessa/2021, tiveram o seu impacto no exercício equivalente ao do seu reconhecimento, quando houve seu registro contábil e orçamentário.

Em complementação ao registro contábil ocasionado no ano de 2021, a partir da publicação do Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022, assim, como o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP destaca em relação ao compromisso reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, onde trás a seguinte conduta para esta temática:

De acordo com o Decreto nº 93.872/1986, consideram-se compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício as obrigações de pagamento criadas em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente...

Já nos casos em que a lei ou norma cria uma obrigação no momento presente, mas com efeitos retroativos, deve-se registrar a VPD no exercício, uma vez que se trata de fato gerador do exercício atual. (MCASP, f.272, 8ª edição)

Como a despesa teve seu reconhecimento a partir do Decreto publicado em 2022, criou-se a obrigação a partir dele, sendo registrado a obrigação no exercício correspondente.

Assim fica esclarecido que os registros contábeis foram realizados quando houve a confirmação e a corroboração do reconhecimento dos débitos junto aos servidores do município, com a publicação do Decreto já anteriormente citado, e que a partir daí a contabilidade efetuou os lançamentos devidos.

5.2. Análise da justificativa apresentada

Justificativa acatada, pois, conforme esclarecido, estas despesas realizadas em 2021 correspondente a DEA, executadas em dezembro deste ano no valor de R\$ R\$ 13.881 e regularizada orçamentariamente no ano de 2021, quando o gestor a época para a garantia do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

direito adquirido do fornecedor reconheceu os débitos conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

Justifica-se que o município de Palmas, em 2021, reconheceu valores a pagar relativo a débitos com servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme Ofício Interno nº 43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Como as despesas corresponderam a diversos exercícios, tendo seu fato gerador pertencente aos outros anos, em atendimento a Lei 4.320/64 o seu reconhecimento foi por meio de DEA, conforme descrito no art. 37 da referida Lei. Desta forma, a adoção da DEA foi devido ao reconhecimento dos direitos dos servidores de diferentes anos perante ao município e que foram custeados pela atual gestão extinguindo assim todas as pendências de progressões e promoções pendentes de anos anteriores, conforme justificado. E que apesar de tratar de despesas com pessoal, as mesmas não afetaram negativamente o seu índice, pois o município apresenta valores abaixo do limite prudencial nos anos a que se referem tais despesas.

6. Ocorrência apontada

Existem valores que não foram considerados na demonstração das variações patrimoniais, pois até a sexta remessa do exercício seguinte (2021), foram executadas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.881,33, sem o devido reconhecimento na contabilidade, em desacordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e arts. 60,63,83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64. Portanto o Resultado Patrimonial correto do exercício é o montante de R\$ 3.553.819,31, em acordo com art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Item 4.4.4 do Relatório).

6.1. Justificativa apresentada

Conforme descrito no questionamento 2, o reconhecimento das despesas de exercícios anteriores ocorridos em 2021, tiveram seu registro neste exercício (2021), os lançamentos contábeis foram realizados a partir da publicação do Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022 e Portaria nº 29/2022/GAB/SEPLAD de 18 de janeiro de 2022. (Anexo II)

Portanto, o resultado patrimonial teve impacto no exercício correspondente, ou seja, 2021 Os lançamentos contábeis inerentes ao reconhecimento do débito, teve seu registro a partir da publicação do Decreto e seus efeitos no ano em houve o ato da Chefe do Poder Executivo.

Logo para o ano de 2020, não havia possibilidade de ocorrer o reconhecimento contábil de tais débitos, pelo fato de não haver documento hábil nesta ocasião. Para que haja tal reconhecimento é preciso ainda que satisfaça aos seguintes critérios: ser provável que benefícios econômicos associados ao item fluam para ou da entidade e tenham custo ou valor que possa ser medido e expresso em base confiável.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

6.2. Análise da justificativa apresentada

Justificativa acatada, pois, as alegações esclarecem a impropriedade apontada, ademais o valor apontado (R\$ 13.881,33), não impacta de forma significativa na análise da prestação de contas da unidade orçamentária.

Responsável/cargo

Helieth Barbosa Lopes -Contadora a partir de 21/07/2020

Responsável/cargo

Helieth Barbosa Lopes -Contadora a partir de 21/07/2020

Considerações Preliminares da defendente:

No primeiro instante, gostaria de reiterar sobre a função específica do contador municipal no âmbito da Prefeitura Municipal de Palmas.

Em janeiro de 2016, foi emitido Decreto de número 1.175, designando os contadores responsáveis pela conferência, envio e assinatura das remessas contábeis das Unidades Gestoras ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e adota outras providências. Vejamos o teor do Parágrafo 1º e seus incisos:

§ 1º Cumpre aos contadores responsáveis pelas Unidades Gestoras:

I - por meio da verificação da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, certificar os demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema de Gestão em vigência.

II - em observância ao princípio da segregação de função, **não exercer quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, tais como: autorizar, aprovar e executar registros de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.**
(grifo nosso)

Assim nobre Relator, fica evidente que em momento algum o Contador é responsável pelos atos de gestão, tendo em vista a segregação de função dentro desta municipalidade, não interferindo sobre as tomadas de decisões, nem tão pouco interposição sobre as questões orçamentárias e financeiras, visto que dentro da estrutura do Município de Palmas o sistema de planejamento e orçamento são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme artigo 14º da Lei 2.299 o qual dispõe sobre a reorganização



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

administrativa do Poder Executivo do Município de Palmas, na forma que específica, e adota outras providências.

Dentre outras funções a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, é responsável por estabelecer as normas necessárias à elaboração e à implementação do orçamento municipal (vide artigo 27, inciso XXXIII da norma supracitada). Assim todo controle, organização, distribuição, reordenamento do orçamento municipal fica exclusivamente sob responsabilidade desta Pasta.

Desta forma fica a cargo da contabilidade a formalização dos REGISTROS dos atos e fatos, orçamentários, financeiros e patrimoniais, enfatizando novamente da não interferência do contador nas decisões orçamentárias e financeiras ao longo do exercício financeiro de nenhuma pasta desta municipalidade.

Do mesmo modo cabe salientar que nenhum dos processos administrativos relacionados a despesas orçamentárias, percorre pelo setor de contabilidade, conforme o fluxo de processos estipulado pelo Decreto 1.031, de 29 de maio de 2015.

Desta forma, o contador não tem conhecimento da execução das despesas, ficando a cargo exclusivamente das Pastas com o ordenamento dos gestores.

Isto posto, segue as considerações sobre os questionamentos apontados no relatório de análise.

7. Ocorrência apontada

A Análise a respeito das Despesas de Exercícios Anteriores deve ser efetuada com os valores executados no exercício seguinte, com isso, verifica-se que no exercício de 2021 foram realizadas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.881,33, que deixaram de ser executadas no exercício em análise, podendo estar em desacordo com os arts. 18, 43, 48, 50, 53 da LC nº 101/2000 e arts. 37, 60, 63,65, 85 a106 da Lei Federal nº 4.320/64. (Item 4.1.1 do Relatório);

7.1. Justificativa apresentada

Primeiramente cabe esclarecer sobre o que referem-se estas despesas realizadas em 2021 correspondente a DEA, executadas em dezembro deste ano no valor de R\$ 13.881,33.

O município de Palmas, em 2021, reconheceu valores apagar relativo a débitos com servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme Ofício Interno nº 43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

Os débitos correspondentes ao pagamento dos retroativos atinente aos servidores, foram reconhecidos via Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022 e Portaria nº 29/2022/GAB/SEPLAD de 18 de janeiro de 2022 (Anexo II).

Como as despesas correspondem a diversos exercícios, tendo seu fato gerador pertencente aos outros anos, em atendimento a Lei 4.320/64 o seu reconhecimento foi por meio de DEA, conforme descrito no art. 37 da referida Lei:

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Desta forma, a adoção da DEA foi devido ao reconhecimento dos direitos dos servidores de diferentes anos perante ao município e que foram custeados pela atual gestão extinguindo assim todas as pendências de progressões e promoções pendentes de anos anteriores.

Por estas despesas se tratarem de despesas com pessoal, as mesmas não afetaram negativamente o seu índice, pois o município apresenta valores abaixo do limite prudencial nos anos a que se referem tais despesas.

7.2. Análise da justificativa apresentada

Justificativa acatada, pois, conforme esclarecido, estas despesas realizadas em 2021 correspondente a DEA, executadas em dezembro deste ano no valor de R\$ R\$ 13.881 e regularizada orçamentariamente no ano de 2021, quando o gestor a época para a garantia do direito adquirido do fornecedor reconheceu os débitos conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

Justifica-se que o município de Palmas, em 2021, reconheceu valores a pagar relativo a débitos com servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme Ofício Interno nº 43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Como as despesas corresponderam a diversos exercícios, tendo seu fato gerador pertencente aos outros anos, em atendimento a Lei 4.320/64 o seu reconhecimento foi por meio de DEA, conforme descrito no art. 37 da referida Lei. Desta forma, a adoção da DEA foi devido ao reconhecimento dos direitos dos servidores de diferentes anos perante ao município e que foram custeados pela atual gestão extinguindo assim todas as pendências de progressões e promoções pendentes de anos anteriores, conforme justificado. E que apesar de tratar de despesas com



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

peçoal, as mesmas não afetaram negativamente o seu índice, pois o município apresenta valores abaixo do limite prudencial nos anos a que se referem tais despesas.

8. Ocorrência apontada

Existem valores que não foram considerados na apuração do superávit financeiro do exercício, pois até a sexta remessa do exercício seguinte (2021), foram executadas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.881,33, sem o devido reconhecimento na contabilidade, em desacordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e arts. 60,63,83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64. Portanto o Resultado Financeiro geral correto do exercício é o montante de R\$ 390.372,80, em acordo com art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Item 4.3.2.3 do Relatório).

8.1. Justificativa apresentada

Primeiramente cabe esclarecer quanto a definição sobre o superávit financeiro de acordo com a Lei 4.320/64, art. 43 §2º:

Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas

Desta forma, para que haja impacto na apuração do superávit financeiro, a identificação das contas contábeis do ativo e passivo financeiros, é por meio das contas com atributo “F” no balanço patrimonial, para fins de apuração do superávit financeiro.

Enquanto o reconhecimento contábil das despesas de exercícios anteriores - DEA, devem ser reconhecidas contabilmente como passivos permanentes, onde estes compreenderão as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. (Lei 4.320/64, § 4º, Art. 105).

Cabe reforçar quanto as situações no qual originam-se as despesas de exercícios anteriores, são as seguintes:

- Despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria;
- Restos a pagar com prescrição interrompida, e
- Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

Portanto mesmo que haja o reconhecimento contábil, as despesas de exercícios anteriores – DEA, não afetará o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial, por não se tratar de um passivo financeiro e sim passivo permanente.

De todo modo, o valor correspondente a DEA realizada em dezembro de 2021, no valor de R\$ 13.881,33, refere-se a pagamento das verbas retroativas devidas aos servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme ofício interno nº43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Os débitos correspondentes ao pagamento dos retroativos atinente aos servidores, foram reconhecidos via Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022 e Portaria nº 29/2022/GAB/SEPLAD de 18 de janeiro de 2022 (Anexo II).

Como o reconhecimento da DEA ocorreu no exercício de 2022, com o Decreto e a Portaria, o registro contábil não foi realizado em 2020, por não haver documentação e a informação tempestiva naquela ocasião para tal registro, onde este foi integralizado nas contas do ano de 2021, tendo seu reconhecimento contábil registrado pelo valor total do débito, somadas as verbas trabalhistas e os valores devido a patronal.

Desta forma, apesar de ocorrer a DEA em 2021, por meio dos empenhos registrados nas rubricas 3.1.90.92 e 3.1.91.92, a unidade gestora não sofre impacto negativo em 2021, pois a mesma apresenta Superávit Financeiro do exercício no valor de **R\$ 3.501.128,46**.

Logo, para o exercício de 2021, quando ocorreu o reconhecimento da DEA e o registro contábil, os resultados apresentados foram: Conforme Quadro Dos Ativos E Passivos Financeiros E Permanentes demonstrado nos autos.

Assim, fica demonstrado que os valores correspondentes a DEA de 2021, executadas orçamentariamente em dezembro de 2021, conforme o balancete de despesa da6a remessa/2021, tiveram o seu impacto no exercício equivalente ao do seu reconhecimento, quando houve seu registro contábil e orçamentário.

Em complementação ao registro contábil ocasionado no ano de 2021, a partir da publicação do Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022, assim, como o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP destaca em relação ao compromisso reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, onde trás a seguinte conduta para esta temática:

De acordo com o Decreto nº 93.872/1986, consideram-se compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício as obrigações de pagamento criadas em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente...



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

Já nos casos em que a lei ou norma cria uma obrigação no momento presente, mas com efeitos retroativos, deve-se registrar a VPD no exercício, uma vez que se trata de fato gerador do exercício atual. (MCASP, f.272, 8ª edição)

Como a despesa teve seu reconhecimento a partir do Decreto publicado em 2022, criou-se a obrigação a partir dele, sendo registrado a obrigação no exercício correspondente.

Assim fica esclarecido que os registros contábeis foram realizados quando houve a confirmação e a corroboração do reconhecimento dos débitos junto aos servidores do município, com a publicação do Decreto já anteriormente citado, e que a partir daí a contabilidade efetuou os lançamentos devidos.

8.2. Análise da justificativa apresentada

Justificativa acatada, pois, conforme esclarecido, estas despesas realizadas em 2021 correspondente a DEA, executadas em dezembro deste ano no valor de R\$ R\$ 13.881 e regularizada orçamentariamente no ano de 2021, quando o gestor a época para a garantia do direito adquirido do fornecedor reconheceu os débitos conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

Justifica-se que o município de Palmas, em 2021, reconheceu valores a pagar relativo a débitos com servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme Ofício Interno nº 43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Como as despesas corresponderam a diversos exercícios, tendo seu fato gerador pertencente aos outros anos, em atendimento a Lei 4.320/64 o seu reconhecimento foi por meio de DEA, conforme descrito no art. 37 da referida Lei. Desta forma, a adoção da DEA foi devido ao reconhecimento dos direitos dos servidores de diferentes anos perante ao município e que foram custeados pela atual gestão extinguindo assim todas as pendências de progressões e promoções pendentes de anos anteriores, conforme justificado. E que apesar de tratar de despesas com pessoal, as mesmas não afetaram negativamente o seu índice, pois o município apresenta valores abaixo do limite prudencial nos anos a que se referem tais despesas.

9. Ocorrência apontada

Existem valores que não foram considerados na demonstração das variações patrimoniais, pois até a sexta remessa do exercício seguinte (2021), foram executadas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.881,33, sem o devido reconhecimento na contabilidade, em desacordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e arts. 60,63,83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64. Portanto o Resultado Patrimonial correto do exercício é o montante de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

R\$ 3.553.819,31, em acordo com art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Item 4.4.4 do Relatório).

9.1. Justificativa apresentada

Conforme descrito no questionamento 2, o reconhecimento das despesas de exercícios anteriores ocorridos em 2021, tiveram seu registro neste exercício (2021), os lançamentos contábeis foram realizados a partir da publicação do Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022 e Portaria nº 29/2022/GAB/SEPLAD de 18 de janeiro de 2022. (Anexo II)

Portanto, o resultado patrimonial teve impacto no exercício correspondente, ou seja, 2021 Os lançamentos contábeis inerentes ao reconhecimento do débito, teve seu registro a partir da publicação do Decreto e seus efeitos no ano em houve o ato da Chefe do Poder Executivo.

Logo para o ano de 2020, não havia possibilidade de ocorrer o reconhecimento contábil de tais débitos, pelo fato de não haver documento hábil nesta ocasião. Para que haja tal reconhecimento é preciso ainda que satisfaça aos seguintes critérios: ser provável que benefícios econômicos associados ao item fluam para ou da entidade e tenham custo ou valor que possa ser medido e expresso em base confiável.

9.2. Análise da justificativa apresentada

Justificativa acatada, pois, as alegações esclarecem a impropriedade apontada, ademais o valor apontado (R\$ 13.881,33), não impacta de forma significativa na análise da prestação de contas da unidade orçamentária.

Responsável/cargo

Feliciano Bezerra Mota - Contadora no período de 05/01/2016 a 20/07/2020

Considerações Preliminares da defendente:

No primeiro instante, gostaria de reiterar sobre a função específica do contador municipal no âmbito da Prefeitura Municipal de Palmas.

Em janeiro de 2016, foi emitido Decreto de número 1.175, designando os contadores responsáveis pela conferência, envio e assinatura das remessas contábeis das Unidades Gestoras ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e adota outras providências. Vejamos o teor do Parágrafo 1º e seus incisos:

§ 1º Cumpre aos contadores responsáveis pelas Unidades Gestoras:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

I - por meio da verificação da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, certificar os demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema de Gestão em vigência.

II - em observância ao princípio da segregação de função, **não exercer quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, tais como: autorizar, aprovar e executar registros de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.** (grifo nosso)

Assim nobre Relator, fica evidente que em momento algum o Contador é responsável pelos atos de gestão, tendo em vista a segregação de função dentro desta municipalidade, não interferindo sobre as tomadas de decisões, nem tão pouco interposição sobre as questões orçamentárias e financeiras, visto que dentro da estrutura do Município de Palmas o sistema de planejamento e orçamento são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme artigo 14º da Lei 2.299 o qual dispõe sobre a reorganização administrativa do Poder Executivo do Município de Palmas, na forma que específica, e adota outras providências.

Dentre outras funções a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, é responsável por estabelecer as normas necessárias à elaboração e à implementação do orçamento municipal (vide artigo 27, inciso XXXIII da norma supracitada). Assim todo controle, organização, distribuição, reordenamento do orçamento municipal fica exclusivamente sob responsabilidade desta Pasta.

Desta forma fica a cargo da contabilidade a formalização dos REGISTROS dos atos e fatos, orçamentários, financeiros e patrimoniais, enfatizando novamente da não interferência do contador nas decisões orçamentárias e financeiras ao longo do exercício financeiro de nenhuma pasta desta municipalidade.

Do mesmo modo cabe salientar que nenhum dos processos administrativos relacionados a despesas orçamentárias, percorre pelo setor de contabilidade, conforme o fluxo de processos estipulado pelo Decreto 1.031, de 29 de maio de 2015.

Desta forma, o contador não tem conhecimento da execução das despesas, ficando a cargo exclusivamente das Pastas com o ordenamento dos gestores.

Isto posto, segue as considerações sobre os questionamentos apontados no relatório de análise.

10. Ocorrência apontada

A Análise a respeito das Despesas de Exercícios Anteriores deve ser efetuada com os valores executados no exercício seguinte, com isso, verifica-se que no exercício de 2021 foram



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

realizadas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.881,33, que deixaram de ser executadas no exercício em análise, podendo estar em desacordo com os arts. 18, 43, 48, 50, 53 da LC nº 101/2000 e arts. 37, 60, 63,65, 85 a106 da Lei Federal nº 4.320/64. (Item 4.1.1 do Relatório);

10.1. Justificativa apresentada

Primeiramente cabe esclarecer sobre o que referem-se estas despesas realizadas em 2021 correspondente a DEA, executadas em dezembro deste ano no valor de R\$ 13.881,33.

O município de Palmas, em 2021, reconheceu valores apagar relativo a débitos com servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme Ofício Interno nº 43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Os débitos correspondentes ao pagamento dos retroativos atinente aos servidores, foram reconhecidos via Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022 e Portaria nº 29/2022/GAB/SEPLAD de 18 de janeiro de 2022 (Anexo II).

Como as despesas correspondem a diversos exercícios, tendo seu fato gerador pertencente aos outros anos, em atendimento a Lei 4.320/64 o seu reconhecimento foi por meio de DEA, conforme descrito no art. 37 da referida Lei:

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atende-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Desta forma, a adoção da DEA foi devido ao reconhecimento dos direitos dos servidores de diferentes anos perante ao município e que foram custeados pela atual gestão extinguindo assim todas as pendências de progressões e promoções pendentes de anos anteriores.

Por estas despesas se tratarem de despesas com pessoal, as mesmas não afetaram negativamente o seu índice, pois o município apresenta valores abaixo do limite prudencial nos anos a que se referem tais despesas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

10.2. Análise da justificativa apresentada

Justificativa acatada, pois, conforme esclarecido, estas despesas realizadas em 2021 correspondente a DEA, executadas em dezembro deste ano no valor de R\$ R\$ 13.881 e regularizada orçamentariamente no ano de 2021, quando o gestor a época para a garantia do direito adquirido do fornecedor reconheceu os débitos conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

Justifica-se que o município de Palmas, em 2021, reconheceu valores a pagar relativo a débitos com servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme Ofício Interno nº 43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Como as despesas corresponderam a diversos exercícios, tendo seu fato gerador pertencente aos outros anos, em atendimento a Lei 4.320/64 o seu reconhecimento foi por meio de DEA, conforme descrito no art. 37 da referida Lei. Desta forma, a adoção da DEA foi devido ao reconhecimento dos direitos dos servidores de diferentes anos perante ao município e que foram custeados pela atual gestão extinguindo assim todas as pendências de progressões e promoções pendentes de anos anteriores, conforme justificado. E que apesar de tratar de despesas com pessoal, as mesmas não afetaram negativamente o seu índice, pois o município apresenta valores abaixo do limite prudencial nos anos a que se referem tais despesas.

11. Ocorrência apontada

Existem valores que não foram considerados na apuração do superávit financeiro do exercício, pois até a sexta remessa do exercício seguinte (2021), foram executadas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.881,33, sem o devido reconhecimento na contabilidade, em desacordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e arts. 60,63,83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64. Portanto o Resultado Financeiro geral correto do exercício é o montante de R\$ 390.372,80, em acordo com art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Item 4.3.2.3 do Relatório).

11.1. Justificativa apresentada

Primeiramente cabe esclarecer quanto a definição sobre o superávit financeiro de acordo com a Lei 4.320/64, art. 43 §2º:

Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

Desta forma, para que haja impacto na apuração do superávit financeiro, a identificação das contas contábeis do ativo e passivo financeiros, é por meio das contas com atributo “F” no balanço patrimonial, para fins de apuração do superávit financeiro.

Enquanto o reconhecimento contábil das despesas de exercícios anteriores - DEA, devem ser reconhecidas contabilmente como passivos permanentes, onde estes compreenderão as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. (Lei 4.320/64, § 4º, Art. 105).

Cabe reforçar quanto as situações no qual originam-se as despesas de exercícios anteriores, são as seguintes:

- Despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria;
- Restos a pagar com prescrição interrompida, e
- Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

Portanto mesmo que haja o reconhecimento contábil, as despesas de exercícios anteriores – DEA, não afetará o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial, por não se tratar de um passivo financeiro e sim passivo permanente.

De todo modo, o valor correspondente a DEA realizada em dezembro de 2021, no valor de R\$ 13.881,33, refere-se a pagamento das verbas retroativas devidas aos servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme ofício interno nº43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Os débitos correspondentes ao pagamento dos retroativos atinente aos servidores, foram reconhecidos via Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022 e Portaria nº 29/2022/GAB/SEPLAD de 18 de janeiro de 2022 (Anexo II).

Como o reconhecimento da DEA ocorreu no exercício de 2022, com o Decreto e a Portaria, o registro contábil não foi realizado em 2020, por não haver documentação e a informação tempestiva naquela ocasião para tal registro, onde este foi integralizado nas contas do ano de 2021, tendo seu reconhecimento contábil registrado pelo valor total do débito, somadas as verbas trabalhistas e os valores devido a patronal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

Desta forma, apesar de ocorrer a DEA em 2021, por meio dos empenhos registrados nas rubricas 3.1.90.92 e 3.1.91.92, a unidade gestora não sofre impacto negativo em 2021, pois a mesma apresenta Superávit Financeiro do exercício no valor de **R\$ 3.501.128,46**.

Logo, para o exercício de 2021, quando ocorreu o reconhecimento da DEA e o registro contábil, os resultados apresentados foram: Conforme Quadro Dos Ativos E Passivos Financeiros E Permanentes demonstrado nos autos.

Assim, fica demonstrado que os valores correspondentes a DEA de 2021, executadas orçamentariamente em dezembro de 2021, conforme o balancete de despesa da 6ª remessa/2021, tiveram o seu impacto no exercício equivalente ao do seu reconhecimento, quando houve seu registro contábil e orçamentário.

Em complementação ao registro contábil ocasionado no ano de 2021, a partir da publicação do Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022, assim, como o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP destaca em relação ao compromisso reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, onde trás a seguinte conduta para esta temática:

De acordo com o Decreto nº 93.872/1986, consideram-se compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício as obrigações de pagamento criadas em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente...

Já nos casos em que a lei ou norma cria uma obrigação no momento presente, mas com efeitos retroativos, deve-se registrar a VPD no exercício, uma vez que se trata de fato gerador do exercício atual. (MCASP, f.272, 8ª edição)

Como a despesa teve seu reconhecimento a partir do Decreto publicado em 2022, criou-se a obrigação a partir dele, sendo registrado a obrigação no exercício correspondente.

Assim fica esclarecido que os registros contábeis foram realizados quando houve a confirmação e a corroboração do reconhecimento dos débitos junto aos servidores do município, com a publicação do Decreto já anteriormente citado, e que a partir daí a contabilidade efetuou os lançamentos devidos.

11.2. Análise da justificativa apresentada

Justificativa acatada, pois, conforme esclarecido, estas despesas realizadas em 2021 correspondente a DEA, executadas em dezembro deste ano no valor de R\$ R\$ 13.881 e regularizada orçamentariamente no ano de 2021, quando o gestor a época para a garantia do direito adquirido do fornecedor reconheceu os débitos conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

Justifica-se que o município de Palmas, em 2021, reconheceu valores a pagar relativo a débitos com servidores e ex-servidores efetivos dos quadros funcionais do Poder Executivo, conforme Ofício Interno nº 43/2022/DFP/SDH expedido pela Superintendência de Desenvolvimento Humano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano (Anexo I).

Como as despesas corresponderam a diversos exercícios, tendo seu fato gerador pertencente aos outros anos, em atendimento a Lei 4.320/64 o seu reconhecimento foi por meio de DEA, conforme descrito no art. 37 da referida Lei. Desta forma, a adoção da DEA foi devido ao reconhecimento dos direitos dos servidores de diferentes anos perante ao município e que foram custeados pela atual gestão extinguindo assim todas as pendências de progressões e promoções pendentes de anos anteriores, conforme justificado. E que apesar de tratar de despesas com pessoal, as mesmas não afetaram negativamente o seu índice, pois o município apresenta valores abaixo do limite prudencial nos anos a que se referem tais despesas.

12. Ocorrência apontada

Existem valores que não foram considerados na demonstração das variações patrimoniais, pois até a sexta remessa do exercício seguinte (2021), foram executadas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 13.881,33, sem o devido reconhecimento na contabilidade, em desacordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e arts. 60,63,83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64. Portanto o Resultado Patrimonial correto do exercício é o montante de R\$ 3.553.819,31, em acordo com art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Item 4.4.4 do Relatório).

12.1. Justificativa apresentada

Conforme descrito no questionamento 2, o reconhecimento das despesas de exercícios anteriores ocorridos em 2021, tiveram seu registro neste exercício (2021), os lançamentos contábeis foram realizados a partir da publicação do Decreto de nº 2.136, de 07 de janeiro de 2022 e Portaria nº 29/2022/GAB/SEPLAD de 18 de janeiro de 2022. (Anexo II)

Portanto, o resultado patrimonial teve impacto no exercício correspondente, ou seja, 2021 Os lançamentos contábeis inerentes ao reconhecimento do débito, teve seu registro a partir da publicação do Decreto e seus efeitos no ano em houve o ato da Chefe do Poder Executivo.

Logo para o ano de 2020, não havia possibilidade de ocorrer o reconhecimento contábil de tais débitos, pelo fato de não haver documento hábil nesta ocasião. Para que haja tal reconhecimento é preciso ainda que satisfaça aos seguintes critérios: ser provável que benefícios econômicos associados ao item fluam para ou da entidade e tenham custo ou valor que possa ser medido e expresso em base confiável.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF

12.2. Análise da justificativa apresentada

Justificativa acatada, pois, as alegações esclarecem a impropriedade apontada, ademais o valor apontado (R\$ 13.881,33), não impacta de forma significativa na análise da prestação de contas da unidade orçamentária.

É a análise.

Encaminhe-se à Procuradoria Geral de Contas - PROCD para as providências cabíveis.

COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - COACF, Palmas (TO), aos 28 dias do mês de novembro de 2022.

Carlos Alberto Luz Costa
Auditor de Controle Externo
Mat. TCE/TO 23921-5



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

CARLOS ALBERTO LUZ COSTA

Cargo: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - CE - Matrícula: 239215

Código de Autenticação: a8d346abf868f16efbf679f4ffb496d6 - 28/11/2022 08:06:50